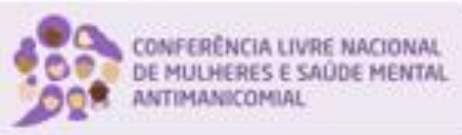




ADUFPI

SEÇÃO SINDICAL ANDES SN



NOTA DE REPÚDIO DO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE NO ESTADO DO PIAUÍ

Teresina (PI), 23 de Abril de 2023

No Brasil, o processo de organização do Sistema Único de Saúde emerge da luta do Movimento da Reforma Sanitária Brasileira (MRSB) e da sua atuação na Constituição Federal de 1988, no contexto de fim da ditadura civil militar e do processo de redemocratização brasileira. Desta forma, os movimentos sociais no campo da saúde conquistaram o Sistema Único de Saúde (SUS) a partir da luta pelo direito à saúde da sociedade brasileira. O SUS foi definido como um sistema universal garantindo o direito a saúde a toda população brasileira e financiamento público. Ou seja, definimos na legislação brasileira que a saúde é bem público de relevância social ampla.

A conquista do Sistema Único de Saúde ocorre no contexto de fortalecimento da agenda neoliberal, que redireciona os recursos públicos ao setor privado, reduzindo as responsabilidades do Estado. Historicamente, o setor de saúde foi atravessado por relações de poder e disputas políticas entre o setor público e o setor privado. A saúde foi se constituindo em um importante setor econômico na sociedade brasileira e foi atravessada por interesses públicos e de grupos econômicos privados. Neste processo, o SUS tem sido atacado por disputas de poder com propostas de privatização da gestão, administração, assistência e financiamento da saúde ao longo dos últimos anos, diminuindo as atribuições do Estado e redirecionando os recursos da saúde para a iniciativa privada.

A sociedade brasileira tem assistido, em diversos contextos, à influência do setor privado no desenvolvimento das políticas de saúde e à escolha política de diversos governos de direcionar os recursos públicos à iniciativa privada.

A Gestão Estadual de Saúde no Piauí tem redirecionado recursos públicos para a iniciativa privada nos últimos anos. O Governo do Piauí já tomou medidas concretas neste sentido, tais como a entrega da gestão da Maternidade Dona Evangelina Rosa para uma entidade privada, mesmo diante de manifestações contrárias de diversas instituições e entidades representativas, como o Conselho Estadual de Saúde do Piauí, o Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Piauí (COSEMS - PI), os Conselhos de Classe, os Sindicatos, os movimentos sociais e o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher.

Na 281ª Reunião Ordinária, o Conselho Estadual de Saúde foi surpreendido com a pauta da **Intenção de contrato de gestão com organização social para administrar os hospitais do Estado iniciando por Parnaíba, Campo Maior e Mocambinho**. Desta forma,

o Governo do Estado do Piauí busca redirecionar os recursos públicos da saúde para o setor privado.

Os hospitais são uma parte importante de uma rede de atenção à saúde que deve funcionar de forma integral para garantir que os princípios do SUS sejam aplicados em sua totalidade. Esta prática pode levar a uma fragmentação do sistema de saúde, prejudicando a coordenação entre os diferentes níveis de atendimento e dificultando a continuidade do cuidado. Infelizmente, experiências malsucedidas de gestão hospitalar por Organizações Sociais não são raras. Escândalos de corrupção denunciados na mídia são um exemplo claro dos problemas que podem surgir quando a gestão hospitalar é entregue a entidades privadas. O desvio de recursos, a falta de transparência na gestão e a priorização do lucro em detrimento da qualidade do atendimento podem prejudicar gravemente a saúde da população.

Nós, os signatários desta moção, vimos expressar nosso repúdio à intenção do Governador do Piauí, Rafael Fonteles, em realizar um Contrato de Gestão com uma Organização Social para administrar os hospitais do Estado do Piauí.

Acreditamos que a saúde é um bem público e um direito social historicamente conquistado de todo cidadão e que é responsabilidade do Estado garantir o acesso à saúde de qualidade para toda a população. Ao terceirizar a gestão dos hospitais, o Governo do Estado está transferindo a responsabilidade da saúde dos piauienses para entidades privadas, que muitas vezes buscam atender aos seus próprios interesses financeiros em detrimento da qualidade do atendimento à população.

Além disso, as experiências com as Organizações Sociais em outros Estados do Brasil têm sido desastrosas, com diversos casos de irregularidades, desvios de recursos públicos e precarização dos serviços de saúde.

Portanto, repudiamos veementemente essa intenção do Governador do Piauí e exigimos que o Estado assuma a sua responsabilidade de garantir o acesso à saúde de qualidade a todos os seus habitantes por meio da gestão direta e eficiente dos hospitais estaduais.

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE – PIAUÍ

ASSINAM ESTA NOTA DE REPÚDIO

Acolhe Trans

Coletivo Mulheres em Pauta

Direção Estadual do PSOL - Piauí

Coletivo de Mulheres – Generosa

Advocacia Popular Piauiense – APP

Partido Comunista Brasileiro - PCB

Setorial Nacional de Saúde do PSOL

Fórum ONG-AIDS do Estado do Piauí

Direção Municipal do PSOL - Teresina

Unidade Popular pelo Socialismo – UP

Movimento UFPI Democrática - MUDE

Articulação de Mulheres Brasileiras – PI

Centro Acadêmico do Turismo – CATUR

Conselho Municipal de Saúde de Parnaíba

Associação dos Docentes da UFPI – ADUFPI

Diretório Central dos Estudantes – DCE UFPI

Tenda de Artes e Educação em Saúde - TEARES

Diretório Central dos Estudantes – DCE UFDPAr

Rede Nacional de Médicas e Médicos Populares

Centro Acadêmico de Engenharia de Pesca – CAEP

Centro Acadêmico Medicina UFPI – PODE CONFIAR

Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde

Centro Brasileiro de Estudos de Saúde – Cebes Piauí

Articulação Nacional de Luta contra a Aids – ANAIDS

Centro Acadêmico da Biologia – CABIO UFDPAr CMRV

Associação de Pais e Amigos dos Surdos – APAS Parnaíba

Sociedade dos Acadêmicos de Medicina do Piauí -SAMPI

Frente Popular de Mulheres Contra o Femicídio – Piauí

Associação de Pós-Graduandas e Pós-Graduandos da UFPI

Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais Brasil

Associação dos Pacientes Renais Crônicos do Piauí – APREPI

Sindicato do Servidor Público Municipal – SINDSERM Parnaíba

Conselho Regional de Serviço Social do Piauí - CRESS – PI 22ª Região

Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher – CEDDM/PIAUI

Associação de Catadores de Marisco de Ilha Grande – Piauí - ACMIG

Grupo Unificado de Apoio à Diversidade Sexual de Parnaíba – GUARÁ

Associação dos Agentes Comunitários de Saúde Parnaíba Piauí – ASACS

Conferência Livre Nacional de Mulheres e Saúde Mental Antimanicomial

Centro Acadêmico 19 de Setembro – Medicina UFDPAr – Gestão Apresentação

Núcleo Transdisciplinar de Pesquisa e Estudo em Saúde e Subjetividade - NUTEPSS

Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase – Morhan Piauí

Rede Universitárias Estadual para o Enfrentamento da Hanseníase – REDE HANS BR-PI

Sindicato dos Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais do Estado do Piauí – SINFITO PI

Sindicato dos Enfermeiros, Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Estado do Piauí - SENATEPI

Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica Pública do Piauí – SINTE-PI – Regional Parnaíba